



Bruxelas, 17 de novembro de 2023
(OR. en)

15525/23

COH 88

NOTA

de:	Presidência
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Política de coesão e autonomia estratégica europeia = Troca de pontos de vista

Na reunião do Conselho dos Assuntos Gerais, de 30 de novembro, dedicada à política de coesão, com base no documento da Presidência constante do anexo da presente nota, os ministros responsáveis pela política de coesão são convidados a debater a forma como a política de coesão pode contribuir para promover a soberania e a autonomia estratégica da União Europeia.

Documento de referência

para a reunião d Conselho dos Assuntos Gerais dedicada à política de coesão

"Política de coesão e autonomia estratégica europeia"

A abertura internacional das últimas sete décadas tem sido muito benéfica para a UE e permitiu-lhe alcançar níveis de crescimento económico e de bem-estar social, que teriam sido impossíveis com o protecionismo ou com uma União com menos Estados-Membros.

No entanto, a abertura internacional também facilitou **processos de realocização** que nos fizeram perder quotas de mercado em setores estratégicos e nos tornaram **excessivamente dependentes de países terceiros** em domínios como a energia, material de saúde, tecnologias digitais ou alimentos.

Ao mesmo tempo, a política de concorrência da União Europeia e a procura de solidariedade e igualdade de oportunidades na atribuição de ajudas e recursos públicos conduziram a situações em que **grandes empresas da UE se veem na impossibilidade de competir, em igualdade de condições, com grandes gigantes internacionais**, que tendem a receber ajuda dos Estados em que estão estabelecidas.

Hoje em dia, as mudanças geopolíticas, tecnológicas e ambientais a que estamos a assistir evidenciam a necessidade de agir contra esta tendência. Simultaneamente, estas mudanças oferecem a oportunidade de investir e, desta forma, atrair novas empresas e novos postos de trabalho para a Europa, gerar riqueza e reduzir as nossas vulnerabilidades externas. Tal ficou patente no contexto da crise energética, inflacionista e de aprovisionamento de matérias-primas resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, do perigo de uma crise petrolífera decorrente do atual conflito israelo-palestiniano, mas também de outras crises de abastecimento anteriores que conduziram a uma rutura das cadeias de valor internacionais.

Por conseguinte, é cada vez mais importante que a **União Europeia possa desenvolver um tecido industrial forte, resiliente e virado para o futuro**, que lhe permita **proteger a sua soberania e aumentar a sua autonomia** em situações em que a instabilidade internacional se introduz nos mercados. Para o efeito, a União deve assegurar que as grandes empresas em setores estratégicos permaneçam em solo europeu, para que possam fornecer bens e serviços essenciais para o futuro e criar empregos estratégicos, de qualidade e de elevado valor acrescentado.

É certo que o **desenvolvimento industrial tem servido frequentemente de instrumento de desenvolvimento territorial e regional, que é o objetivo final da política de coesão**, tal como estabelecido no artigo 174.º do TFUE. Com efeito, a indústria, enquanto gerador de atividade económica e de emprego, consegue inverter as tendências de deslocalização, tanto entre regiões dentro como fora da União. Além disso, as grandes empresas têm a maior capacidade para criar postos de trabalho, investir em investigação, desenvolvimento e inovação, competir a nível internacional e gerar um efeito impulsionador do desenvolvimento nas regiões em que estão estabelecidas e noutras regiões, visto que precisam de bens e serviços intermédios. Assim, o desenvolvimento industrial das grandes empresas em setores estratégicos, apoiado pelos fundos da política de coesão, resultaria numa **melhor qualidade de vida dos cidadãos, com taxas mais elevadas de criação de emprego e uma maior soberania da União, criando também um efeito de arrastamento em todas as atividades da União Europeia**. Contribui igualmente para reforçar a resiliência das economias regionais, estabelecendo capacidades de produção industrial e cadeias de valor preparadas para o futuro.

A este respeito, a **política de coesão desempenha um papel fundamental, uma vez que pode contribuir para a autonomia estratégica e a proteção da soberania da União através dos seus fundos**. Por conseguinte, o desenvolvimento destes setores estratégicos, cofinanciados pelo FEDER, pelo FSE+, pelo Fundo de Coesão ou pelo Fundo para uma Transição Justa, contribuiria, por sua vez, para o desenvolvimento de cada região da UE e da UE no seu conjunto.

Neste contexto, a **política de coesão poderia financiar as empresas num setor competitivo capazes de atuarem em grandes mercados internacionais**.

Não se trata apenas de desenvolver uma indústria europeia, mas também de **poder competir com gigantes internacionais em países como os Estados Unidos ou a China**. Para o efeito, é necessário poder utilizar a política de coesão para que as grandes empresas em setores estratégicos permaneçam em solo europeu, contribuindo assim também para reduzir as assimetrias regionais.

Tal permitiria à União Europeia **reduzir a sua dependência externa de** tecnologias que podem substituir as matérias-primas ou setores em que a União não tem uma vantagem competitiva, como, por exemplo, as fontes de energia poluentes. Poderia também contribuir para **reduzir os riscos decorrentes de uma possível rutura das cadeias de valor internacionais** em caso de conflitos ou tensões internacionais. Do mesmo modo, poderia ajudar a **combater os riscos decorrentes das alterações climáticas**, reforçando uma indústria centrada nos setores limpos e com menos emissões de gases com efeito de estufa. Por último, contribuiria certamente para **gerar empregos altamente qualificados e uma produtividade marginal e salários elevados**, o que, em última análise, melhoraria a qualidade de vida dos cidadãos.

Tendo em conta o que precede, gostaríamos de aproveitar a oportunidade para refletir sobre a seguinte questão nesta reunião do Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão):

Como pode a política de coesão contribuir para promover a soberania e a autonomia estratégica da União Europeia, numa altura em que é mais do que nunca necessário impulsionar a competitividade internacional das grandes empresas em setores estratégicos, enquanto motores de criação de emprego e riqueza em todas as regiões da União Europeia?
